

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Mariana da Silva Piolla

RESUMO: Na sociedade brasileira do século XXI, o Poder Judiciário ultrapassa o *status* de defensor da Lei e da ordem jurídica garantidos constitucionalmente, ao mesmo tempo em que se vê cair em descrédito a política e os governantes, de modo geral. Com dois dos três poderes em crise, observa-se na população uma grande tendência a se socorrer do poder Judiciário para a efetivação de direitos tolhidos pela inércia e negligência dos demais. O presente artigo visa a tratar sobre os limites da atuação do referido poder, em particular no âmbito das políticas públicas, bem como as problemáticas da judicialização à luz da teoria da separação de poderes.

Palavras-chave: Judicialização. Direitos sociais. Separação de poderes. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 demonstra, em seu artigo 2º, o princípio da separação dos poderes, ao postular que “*são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*”¹.

A teoria original dessa separação data da Grécia antiga, mas, a partir de então, sofreu modificações até chegar ao modelo clássico de Montesquieu² que, hoje, é conhecido e aplicado, nos termos do supracitado artigo³.

Trata-se de um modelo que veio romper com a estrutura política do Estado Absolutista e fazer a transição para o Estado Liberal. Ao dividir tais atribuições, impede-se que todo o poder fique concentrado nas mãos de uma única pessoa ou

¹ BRASIL, 1988.

² MONTESQUIEU. 1748. p. 165

³ A afirmação de que esse modelo é aplicado refere-se essencialmente à divisão dos poderes em si. As funções a cada um atribuídas foram reinventadas ao longo dos anos, de acordo com as transformações sociais – no momento histórico em que a obra foi escrita, na retaguarda da Revolução Francesa, o quadro era de desconfiança em relação ao Judiciário, de forma que a divisão proposta pelo autor priorizava o Legislativo, reduzindo aquele à função de “boca de lei”. O cenário atual, todavia, apresenta-se de maneira distinta, como será devidamente explorado no presente artigo.

instituição, evitando-se, então, que a sociedade fique sujeita à sua discricionariedade⁴ e arbitrariedade.

Ao descrever tais poderes como "independentes e harmônicos", a Constituição elimina qualquer possível resquício de hierarquia entre eles, posto que cada um terá suas próprias atribuições, liberdades e limitações definidas no texto legal.

À primeira vista, pode parecer que o Legislativo encontra-se em vantagem em relação aos demais, posto que é a quem compete a edição das leis que regularão, dentre outras temáticas, o funcionamento do Estado. Ocorre, todavia, que a Constituição prevê mecanismos por meio dos quais os poderes se controlam mutuamente, o chamado sistema de freios e contrapesos, que Montesquieu apresentou em sua obra *O Espírito das Leis*⁵ – ao mesmo tempo em que mantém sua independência, também se submetem uns aos outros, todos pela manutenção da ordem democrática. Assim, é conferida a cada um deles a prerrogativa de agir em determinadas situações devidamente previstas no ordenamento jurídico.

Atualmente, diante da ineficiência do Estado em prover de forma adequada os direitos sociais garantidos na Constituição⁶, tais como saúde, segurança, educação etc, observa-se uma crescente tendência a discutir as questões dessa esfera de direitos no Judiciário, que, dessa forma, passa a legislar por meio de políticas públicas.

O que se verifica, destarte, é uma antítese entre a ideia da conservação da referida independência dos poderes e a necessidade de se proteger os direitos sociais negligenciados pelo Estado, representado, nesse âmbito, pelas figuras dos Poderes Legislativo e, sobretudo, Executivo.

Nesse contexto, torna-se relevante a problemática referente à ausência de legitimação popular no preenchimento dos cargos do Poder Judiciário, visto que as

⁴ O termo "discricionariedade" é aqui utilizado tal como na teoria positivista de Hart: o poder de solucionar casos concretos legislando. Nessa concepção, leva-se em conta apenas a lei positiva, desconsiderando-se, portanto, a prerrogativa de se valer de princípios e juízos de valor como fundamentos da decisão.

⁵ MONTESQUIEU. 1748. p. 163

⁶ "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (BRASIL, 1988)

decisões por esse exaradas imporão obrigações sobre os demais poderes, cujos representantes foram eleitos pelo povo.

Em face do exposto, o que se pretende discutir no presente artigo são as possibilidades e os limites para as intervenções judiciais nas políticas públicas, considerando a necessidade de tais medidas diante da ineficiência do Legislativo e do Executivo, o acionamento do Judiciário como uma panaceia para a concretização de direitos sociais e os riscos inerentes a essa utilização.

1. A SEPARAÇÃO DE PODERES E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

É importante ressaltar de início que, apesar da expressão utilizada pelo constituinte ser “poderes independentes entre si”, a teoria tripartida não configura entre eles uma independência absoluta. À medida em que o Estado assume para si a prerrogativa de atuação em mais esferas da vida social, faz-se necessária maior interação entre os poderes, de forma que, atualmente, prefere-se o termo “colaboração” a “separação”⁷.

A previsão da divisão dos poderes, demonstrada no art. 2º da Constituição de 1988 e alçada à condição de princípio fundamental, já era trazida no texto constitucional desde a época Imperial, embora em outros moldes⁸ e com objetivos e atribuições igualmente distintos⁹.

⁷ SILVA, J. A. 2010. p. 109

⁸ “Art. 10. Os Poderes Políticos reconhecidos pela Constituição do Imperio do Brazil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial.” (BRASIL, 1824); “Art 15 - São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si.” (BRASIL, 1891)

“Art 3º - São órgãos da soberania nacional, dentro dos limites constitucionais, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e coordenados entre si.” (BRASIL, 1934)

“Art 36 - São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.” (BRASIL, 1946)

“Art 6º - São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” (BRASIL, 1967)

A Constituição de 1937 não traz previsão expressa referente à dita separação, contudo, seu texto faz menção ao Poder Legislativo, por exemplo, no artigo 38: “O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional com a colaboração do Conselho da Economia Nacional e do Presidente da República, daquele mediante parecer nas matérias da sua competência consultiva e deste pela iniciativa e sanção dos projetos de lei e promulgação dos decretos-leis autorizados nesta Constituição.”

⁹ A análise sistemática da Constituição de 1937, conhecida como “polaca”, em virtude de ter sido inspirada na Constituição autoritária da Polônia, permite a conclusão de que certas previsões tinham

Nos termos da atual Constituição, tomam-se as lições de José Afonso da Silva para definir as funções de cada poder: ao Legislativo compete editar regras gerais; ao Judiciário, aplicá-las aos casos concretos, no sentido de solucionar conflitos de interesse; e ao Executivo, executar as leis e resolver problemas de acordo com elas, sendo que tal função se subdivide em administrativa e de governo¹⁰.

Cabe, também, a observação de que, algumas das Constituições anteriores, por exemplo a de 67, traziam a previsão expressa de que o cidadão investido na função de um dos poderes não poderia exercer a de outro¹¹. Na atual, tal dispositivo não foi mantido, pois outros preceitos, como, por exemplo, o artigo 54, já pormenorizam impedimentos aos ocupantes de tais cargos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A SEPARAÇÃO DE PODERES

A função atribuída ao Estado nas sociedades reguladas sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos.

No caso do Brasil, as mudanças sociais observadas na evolução das Constituições foram marcos responsáveis pela consolidação do Estado Democrático de Direito, no qual o Estado amplia sua esfera de atuação, passando a ser também promotor do bem-estar social.

Para cumprir essa função é preciso estabelecer ações governamentais, planos, diretrizes, metas e iniciativas que visem à satisfação do interesse público, e o conjunto de tais ações é chamado de “políticas públicas”.

caráter meramente formal. O Conselho Federal, por exemplo, antes da Emenda nº9/45, era composto por membros indicados pelo Presidente da República, e uma de suas competências era “aprovar as nomeações de Ministros do Supremo Tribunal Federal” (BRASIL, 1937)

¹⁰ SILVA, J. A. 2010. p. 108

¹¹ “Art 6º - Parágrafo único - Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.” (BRASIL, 1967)

Sintetizando, nos ensinamentos de Pelegrini¹², políticas públicas são programas que atribuem funções ao poder público visando à concretização dos objetivos do Estado trazidos pelo texto constitucional.

Assim, os chefes do Executivo de cada ente decidirão, dentro de sua esfera de competências, os assuntos mais urgentes e importantes a serem tratados, os quais também dizem respeito aos já citados direitos sociais. Também é possível à sociedade participar desse processo de escolha indiretamente, cobrando os ocupantes do Legislativo – embora não sejam esses os responsáveis pela edição das políticas públicas, na qualidade de representantes do povo, eles têm a prerrogativa de cobrar o Executivo no sentido de tomar as medidas reputadas necessárias para a resolução dos problemas apontados.

De início, o Judiciário não participa desse processo. Todavia, o que se observa no atual cenário é uma falha dos dois poderes originalmente responsáveis por tais medidas, ficando, portanto, negligenciada a sociedade, sem o respeito e cumprimento integral a seus direitos.

Desse modo, ao cidadão que não consegue, por exemplo, matricular o filho em uma escola pública, que não enxerga no Executivo a iniciativa de tomar medidas para resolver seu problema, e cujo acesso aos representantes no Legislativo é dificultoso ou ineficaz, resta uma saída: pleitear pela via judiciária a efetivação de seu direito constitucional tolhido, posto que é constitucionalmente assegurado o direito de petição¹³.

3. O JUDICIÁRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Natureza e fundamentos da atuação

¹² GRINOVER, A. P. O controle das políticas públicas pelo poder judiciário. *Revista do Curso de Direito*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 9-37, 2010.

¹³ XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder

Um dos princípios da jurisdição é a inércia. Isso significa que o exercício da tutela jurisdicional se dá a partir de provocação, segundo o princípio da ação¹⁴, e, uma vez acionado, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”¹⁵.

Assim, a partir do momento em que uma demanda chega ao juízo, desde que esse seja o competente para julgá-la, esse não poderá se eximir de julgá-la em função da vedação ao *non liquet*, de forma que o Judiciário terá de agir no sentido de preencher uma lacuna deixada pela ineficiência dos demais poderes, conforme disciplina o CPC¹⁶.

Trata-se, portanto, de uma atuação de caráter complementar, posto que o objetivo das decisões é obrigar o Executivo a tomar providências não para puramente oferecer à sociedade *melhores* condições de saúde, educação, segurança, alimentação etc, mas sim para sanar problemas que impedem o pleno exercício do *mínimo* garantido pela Constituição, como resta demonstrado na Ementa que segue:

OBRIGAÇÃO DE FAZER – Medicamentos. *A saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve oferecer atendimento integral e irrestrito, não cabendo à Administração Pública eximir-se desta obrigação por qualquer justificativa.* Assim, o fornecimento do medicamento requerido, por ser o mais adequado às necessidades da paciente, tem por finalidade dar efetividade a um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, qual seja: a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal), tutelando-se, por conseguinte, os direitos à vida e à saúde dos cidadãos (artigo 5º, caput e 196). RECURSO NÃO PROVIDO. (SÃO PAULO, 2015)¹⁷ (grifo nosso).

3.2 Finalidade da atuação

¹⁴ CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. 2014. p. 77

¹⁵ BRASIL, 1988

¹⁶ Art. 126. *O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.*

¹⁷ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0016550-94.2011.8.26.0322. Fazenda do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de Lins, Ana Julia Freitas Pompeo e outro.

Quando se determina, por exemplo, a construção de uma creche, há de se levar em conta tudo mais que estiver envolvido nas ações necessárias para o cumprimento da sentença, de modo a evitar que o atendimento ao referido direito coloque em xeque a efetivação de outros¹⁸.

É preciso, assim, analisar a viabilidade do pedido feito à luz de alguns princípios. Para tanto, ao criar o projeto de lei 8058/2014, o deputado Paulo Teixeira os elencou no artigo 2: proporcionalidade, razoabilidade, garantia do mínimo existencial, justiça social, atendimento ao bem comum, universalidade de políticas públicas e equilíbrio orçamentário.

O Judiciário, portanto, procura agir no sentido de oferecer à sociedade uma solução efetiva e factível para o problema trazido, ao mesmo tempo em que evita o aparecimento de novos óbices que possam vir à tona diante de uma decisão irresponsável ou demagógica.

4. PROBLEMAS DA ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO

Diante de todo o exposto, ainda que o Judiciário aja no sentido de tutelar os direitos sociais e garantir sua efetivação, é possível apontar alguns problemas, dentre os quais se destacam os que seguem.

Importa ressaltar que, devido à complexidade do tema tratado e aos inúmeros prismas sob os quais ele pode ser analisado, para os fins do presente artigo, restringiremos as críticas aos aspectos mais evidenciados pela doutrina e pela jurisprudência.

4.1 Judiciário como superpoder

¹⁸ Para que se determine a realização de um investimento, há de se respeitar a previsão orçamentária destinada àquela pasta e um prazo razoável à concretização da obra. Se a construção da escola pública tiver de ser feita em regime de urgência, necessária se fará a realocação de recursos, de forma que outro tema terá sua verba reduzida. Se realizada de forma impensada ou descuidada, a proteção a um direito poderá deixar outros à deriva.

O primeiro entrave evidenciado pela análise da situação é a hierarquização dos poderes.

O artigo 2º da Constituição vigente, como já mencionado, não estabelece hierarquia entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário; pelo contrário: confere-lhes independência e mecanismos para que se controlem mutuamente, sem que nenhum esteja acima do outro de maneira absoluta.

Esse dispositivo, entretanto, foi criado pelo legislador levando em conta a perspectiva do dever-ser, em que as responsabilidades constitucionais de cada poder seriam por ele cumpridas de ofício, sem a necessidade primária de intervenção dos demais.

Todavia, a realidade caótica de corrupção, descrédito e desconfiança coloca a sociedade em um cenário diverso, em que o Executivo e o Legislativo se mostram ineficientes na concretização dos direitos sociais.

A falta de efetividade desses poderes, no que tange à criação e implementação de políticas públicas, acentua o problema social existente, potencializando o sentimento de revolta que ele gera na população. Assim, resta ao cidadão se socorrer do Judiciário, que poderá oferecer sua tutela na forma da imposição de uma obrigação ao poder público¹⁹.

É posto, dessa forma, em xeque o equilíbrio entre os poderes.

Ainda que juízes e tribunais tomem suas decisões em prol da justiça social e visando ao bem comum, é por meio dessas sentenças que o Executivo ficará obrigado a agir²⁰, ou seja, o Judiciário passa a atuar dentro da esfera de atribuições de outro poder, determinando-lhe objetivos e meios.

4.2 Legitimação das decisões judiciais

¹⁹ A fim de exemplificar um dentre os vários tipos de problemáticas nessa esfera de direitos levados ao judiciário, citamos a ADPF 347, na qual o requerente busca o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário: *“sustenta que o quadro resulta de uma multiplicidade de atos comissivos e omissivos dos Poderes Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal, incluídos os de natureza normativa, administrativa e judicial. Consoante assevera, os órgãos administrativos olvidam preceitos constitucionais e legais ao não criarem o número de vagas prisionais suficiente ao tamanho da população carcerária (...)”*

²⁰ Assim como em qualquer processo, decerto que, preenchidos os requisitos necessários, será possível recorrer das decisões. Considera-se, no cenário descrito, a obrigação do Executivo diante do trânsito em julgado.

Identificada a alçada do Judiciário ao patamar de um órgão detentor de mais poder que os demais, acrescenta-se a esse problema a discussão acerca da legitimação dos tribunais para discutir tais matérias.

Essa segunda problemática refere-se ao efeito vinculativo que as decisões têm sobre a Administração Pública, tendo em vista que os cargos do Judiciário são ocupados por meio de indicações e concursos de provas e títulos, não havendo, portanto, participação popular direta.

A configuração do Estado brasileiro se subdivide entre os três poderes já mencionados, dentre os quais dois – Legislativo e Executivo – têm seus representantes escolhidos de maneira democrática. Sob esse viés, parece incoerente que a resolução dos problemas enfrentados pela sociedade seja trazida por aquele composto sem legitimação popular direta.

A situação se mostra ainda mais complexa quando se leva em conta que tais discussões são despejadas no Judiciário pelo mesmo povo que elegeu os prefeitos, governadores, deputados etc – a já citada desconfiança chega a tal ponto que os cidadãos se sentem mais representados por aquele de cujo processo de escolha não puderam fazer parte.

4.3 Ditadura do judiciário

É sabido que ao julgador do caso não cabe apenas discutir o mérito do problema levado ao Judiciário, mas também embasar sua decisão final na legislação pertinente ao caso, de modo que a sentença proferida, quer julgue a ação procedente ou improcedente, terá sempre condições de ser devidamente fundamentada, de acordo com a redação constitucional, em seu artigo 93, inciso IX²¹.

A problemática envolvendo esse tema reside no fato de que, respeitado o devido processo legal, as decisões sempre poderão encontrar legitimidade no

²¹ *IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade (...)*

arcabouço jurídico do ordenamento. O mérito poderá ser objeto de recurso, mas por um número limitado de vezes e sem garantias de que os recursos impetrados sequer virão a ser aceitos.

Espera-se que o juiz decida da melhor maneira dentro daquilo que terá o potencial de auxiliar aquele que pediu tutela jurisdicional sem, contudo, comprometer as finanças da Administração Pública diante de suas outras atribuições.

Sabemos, contudo, que os citados caos e corrupção que atingem o Executivo e o Legislativo também encontram seu caminho dentro do Judiciário, sobretudo na forma de célebres casos de vendas de sentenças, extravios de processos, morosidade da justiça, abuso de poder etc. Se a decisão for motivada, então, por outras razões que não o bem comum, mas seguir todos os ditames processuais e for devidamente embasada, ela, ainda assim, será dotada de validade; e embora se recorra dela, a palavra última será dada por outra instância dentro do próprio Judiciário.

Esse cenário vulnerabiliza os dois demais poderes e, conseqüentemente, o destinatário das ações da Administração Pública: a sociedade como um todo. Na medida em que as decisões são revestidas pela roupagem da legitimidade jurídica, ficam limitadas as possibilidades de se socorrer de uma decisão reputada injusta.

Ademais, tendo acesso apenas ao parecer final e à fundamentação legal utilizada pelo magistrado, não é possível avaliar o processo de tomada de decisão, bem como suas motivações. Desse modo, diante do trânsito em julgado, acreditando ou não ser a medida estipulada a melhor possível para o problema relatado, resta ao destinatário apenas cumpri-la, sob pena das respectivas punições previstas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, ficam algumas problemáticas a serem consideradas.

Não se deseja vilanizar a atuação do Judiciário, tampouco vitimizar o Executivo e Legislativo diante desse cenário, mas sim expor as mazelas da judicialização dos direitos sociais em face da tripartição de poderes.

As políticas públicas, desde a fase de criação até a implementação, são de responsabilidade primária do Executivo. No silêncio desse, cabe ao Legislador exercer pressão política no primeiro, em prol daqueles que o elegeram. Na falta de ações desses dois, a matéria passa a ser quase uma competência residual do Judiciário, que virá preencher a lacuna deixada pela ineficiência dos demais.

Tal atuação mostra-se necessária na atual conjuntura, posto que é a forma encontrada para a efetivação dos direitos há mais de 27 anos garantidos pelo texto constitucional e, pelo mesmo tempo, negligenciados.

Não se pode esquecer, todavia, da função primeira da separação de poderes: descentralização.

“Centralizar” um poder não significa necessariamente colocá-lo na mão de uma única pessoa, tal como os monarcas pré-Revolução Francesa; concentrá-lo dentro de uma instituição com poderes sobre as demais tem virtualmente o mesmo efeito e o mesmo potencial ofensivo à manutenção da democracia.

Desse modo, o acionamento do Judiciário para a resolução de problemas originários da Administração Pública pode se mostrar problemático e ameaçador ao equilíbrio entre os três poderes.

Não obstante, a concretização dos direitos sociais segue sendo um desafio, e a sociedade carece de soluções. Nesse cenário, um poder não pode se furtar de agir, à espera de providências que já vêm com décadas de atraso.

Trata-se, portanto, de um tema polêmico e controverso, para o qual não se chegará a alguma conclusão unânime.

O que, todavia, parece restar evidente é que, ao mesmo tempo em que a discussão dos direitos sociais no Judiciário oferece uma solução mais *imediata* ao problema, em longo prazo, ela também pode criar um entrave ainda maior, qual seja a absoluta dependência de uma única instituição para a resolução de problemas.

Paradoxalmente, pode-se dizer que, diante da inércia do Legislativo e Executivo, o inconformismo é tamanho que a população reage na mão exatamente inversa: conformando-se – em buscar uma via alternativa à principal para efetivar seus direitos, em manter, às próprias expensas, funcionários e representantes que não mais lhes representam e, acima de tudo, em restar reféns de um poder em meteórica ascensão no qual, a despeito da não eleição, se sente representada.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BRASIL. Constituição (1834). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 01 set. 2015

_____. Constituição (1837). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: outorgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 01 set. 2015

_____. Constituição (1846). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 01 set. 2015

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 01 set. 2015

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em 03 ago. 2015

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 03 ago. 2015

_____. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**: outorgada em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 01 set. 2015

CAPPELLETTI, M. **Juízes legisladores?** Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Fabris, 1993.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

COSTA, S. H. Controle judicial de políticas públicas. *In: Civil Procedure Review*. v. 4, Special Edition, 2013.

GRINOVER, A. P. O controle das políticas públicas pelo poder judiciário. *In: Revista do Curso de Direito*, São Paulo, v. 7, n. 7, 2010.

HART, H. L. A. Formalismo e cepticismo sobre as regras. *In: O Conceito de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTESQUIEU. (1748). **O espírito das leis**. Trad. Pedro Vieira Mota. São Paulo: Saraiva, 1992.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0016550-94.2011.8.26.0322. Fazenda do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de Lins, Ana Julia Freitas Pompeo e outro. Relator: Jarbas Gomes. Acórdão 06 out. 2015.

SHAPIRO, M. Juridicalization of Politics in the United States. *In: International Political Science Review*, v. 15, n. 2, 1994.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 347**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=347&classe=ADPF&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>